O ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL NA REGIÃO NORTE DE PORTUGAL*

José da Silva Costa - Faculdade de Economia do Porto - E-mail: jcosta@fep.up.pt

Ana Paula Delgado - Faculdade de Economia do Porto - E-mail: apaula@fep.up.pt

RESUMO:

Os municípios portugueses auferem de uma autonomia limitada em termos fiscais. A solução adoptada para o financiamento dos municípios assegura a harmonização dos impostos locais e evita introduzir distorções nas decisões de localização dos agentes económicos. De forma a assegurar equidade espacial, um papel importante é desempenhado pelas transferências do governo central, as quais asseguram uma parte significativa dos recursos financeiros dos municípios. No quadro da Lei das Finanças Locais, o grau de autonomia dos municípios, em matéria de endividamento, era já reduzido. As recentes medidas de contenção orçamental agravaram as restrições ao endividamento municipal. Os municípios estão, portanto, perante um desafio novo que consiste em encontrar os recursos financeiros necessários à prossecução das suas competências. Neste artigo analisamos a evolução do endividamento dos municípios da Região do Norte de Portugal e traçamos cenários prospectivos sobre as suas fontes de financiamento, no novo quadro restritivo de endividamento municipal.

Palavras-chave: dívida municipal; finanças locais; Portugal.

ABSTRACT:

The Portuguese municipalities have a limited fiscal autonomy. The solution adopted to finance local authorities assures harmonization of local taxes and avoids distortions on location decisions of economic agents. In order to assure spatial equity, an important role is played by central government transfers, which are responsible for a large proportion of the municipality's financial resources. Laws on local governments financing restrict the autonomy of municipalities in what concerns debt financing. The recent measures of budget control increased those restrictions. Therefore, the municipalities face a new challenge of finding the financial resources to promote their competencies. In this article we analyze the evolution of municipal debt in the Northern Region of Portugal and we develop some prospective scenarios of local government financing under the recent restrictions to municipal indebtedness.

Keywords: municipal indebtedness; local government financing; Portugal.

* Este trabalho reporta alguns dos resultados contidos no estudo "Investimento Municipal na Região Norte. Fontes de Financiamento (1998/2001)" elaborado pelos autores para a CCRN. As opiniões expressas neste trabalho são de inteira responsabilidade dos seus autores.

1. INTRODUÇÃO

Como é do conhecimento geral, o grau de autonomia dos municípios em matéria de endividamento é reduzido. No quadro da Lei das Finanças Locais a capacidade de endividamento dos município sempre foi fortemente restringida, mas com a aprovação da Lei do Orçamento do Estado para 2003 essa autonomia foi substancialmente reduzida.

De acordo com o artigo 19º desta Lei, os encargos anuais dos municípios, incluindo os que oneram as respectivas empresas municipais e associações de municípios em que participem, com amortizações e juros dos empréstimos a médio e longo prazo, não poderão exceder o maior dos limites do valor correspondente a 12,5% dos Fundos Municipais¹ que cabem ao município ou a 10% das despesas realizadas para investimento pelo município no ano anterior. Os municípios que excedam o maior destes limites não poderão recorrer a novos empréstimos de médio e longo prazo. O montante global de amortizações efectuadas pelos municípios será rateado, para efeitos de acesso a novos empréstimos, proporcionalmente à soma dos Fundos Municipais, entre os municípios que não tenham atingido o limite de endividamento. Esta repartição pode ser articulada com uma regra de preferência para os projectos comparticipados por fundos europeus. Em 31 de Dezembro de 2003, o montante global de endividamento líquido do conjunto dos municípios, incluindo todas as formas de dívida, não poderá ser superior ao que existia em 31 de Dezembro de 2002. Exceptuam-se das restrições impostas quanto ao endividamento, os empréstimos e amortizações de empréstimos efectuados para a construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do Euro-2004, devendo ser, no entanto, utilizados

prioritariamente recursos financeiros próprios para esse efeito. O montante global das amortizações efectuadas pelos municípios em 2001 será corrigido, em 30 de Junho, pelos valores das amortizações efectuadas em 2002.

As novas regras fixadas pelo OE de 2003 traduzem, como referimos, um agravamento significativo das restrições ao endividamento constantes da Lei das Finanças Locais. De acordo com a Lei das Finanças Locais, os empréstimos a médio e longo prazo (financiando investimento ou o reequilíbrio financeiro dos municípios) não podiam gerar encargos anuais que excedessem o maior dos limites do valor correspondente a 25% dos Fundos Municipais ou a 20% das despesas de investimento realizadas no ano anterior. Com o Orçamento de Estado de 2003 há uma redução dos limites para metade dos que vigoravam anteriormente, para lá das restrições adicionais sobre o montante global de endividamento e a não exclusão do cálculo relativo aos limites de endividamento de determinado tipo de despesas. Esta nova restrição financeira para os municípios pode gerar efeitos nefastos do ponto de vista da equidade, podendo penalizar nalguns casos municípios que fizeram uma gestão financeira cautelosa e, noutros casos, municípios que não dispondo das infra-estruturas necessárias se viram obrigados a assumir eles próprios esse encargo com recurso ao endividamento. Embora compreensíveis do ponto de vista macroeconómico, as novas restrições são injustas porque podem penalizar os municípios que não haviam aproveitado ainda a capacidade de endividamento que a Lei das Finanças Locais lhes dava. Penalizam, igualmente, os municípes que não viram satisfeitas muitas das

¹ A expressão “Fundos Municipais” designa o conjunto dos fundos seguintes: Fundo de Base Municipal, Fundo de Coesão Municipal e Fundo Geral Municipal.

suas necessidades em matéria de oferta de infra-estruturas de responsabilidade dos municípios. Esta medida tem ainda implicações de alguma gravidade sobre a execução de obras co-financiadas pela União Europeia.

Os municípios portugueses estão, portanto, perante um desafio novo que consiste na necessidade de encontrar os recursos financeiros necessários para a prossecução das suas competências. Este artigo enquadra-se nesse objectivo, porquanto pretendemos analisar a evolução do endividamento dos municípios da Região do Norte procurando encontrar algumas regularidades na sua utilização, bem como traçar cenários prospectivos sobre as fontes de financiamento municipal na Região do Norte no novo quadro restritivo de endividamento municipal.

2. FONTES ESTATÍSTICAS

Como principal fonte estatística deste estudo recorreremos às Contas de Gerência dos Municípios da Região Norte. A informação relativa ao endividamento municipal foi-nos fornecida pela CCRN no âmbito do estudo “Investimento Municipal na Região Norte. Fontes de Financiamento (1998/2001)” (Delgado e Costa, 2003). Esta informação tem natureza sigilosa, razão pela qual não poderemos apresentar os resultados de uma forma desagregada por municípios.

Construímos ainda uma base de dados com informação relativa a cada um dos 86 municípios da região. Essa base inclui variáveis relativas ao território, à população residente, aos alojamentos e ao poder de compra concelhio.

3. A IMPORTÂNCIA DO ENDIVIDAMENTO NO FINANCIAMENTO MUNICIPAL

No quadro 1 apresenta-se a estrutura anual do volume total de receita, por entidade de origem, para o conjunto dos 86 municípios da Região do Norte. Como podemos verificar neste quadro, as transferências da Comunidade Nacional constituem a principal fonte de receita das autarquias municipais. A segunda fonte mais importante de receita corresponde às receitas com origem na Comunidade Local. Trata-se de impostos directos e indirectos cobrados pela Administração Central e cujas receitas revertem para os municípios. As receitas com origem nos utentes de bens e serviços constituem a terceira fonte de financiamento dos municípios. Trata-se de taxas e tarifas municipais, sobre a actividade de empresas e de particulares, e de receitas provenientes da venda de serviços². Refira-se por fim que na estrutura das receitas municipais se observa, nos últimos dois anos, um crescimento acentuado da importância relativa das receitas com origem na Banca, que registam em 2001, relativamente ao ano de 1998, um acréscimo de 4 p.p.. Como estas receitas correspondem a empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelos municípios no ano corrente, o acréscimo observado é um indicador de um endividamento crescente, com reflexo importante ao nível das despesas com as amortizações e os encargos da dívida, nos anos próximos.

A estrutura das receitas municipais apresenta uma grande variação de município para município, como se constata comparando os valores do quadro 2 com os do quadro anterior. Em média, as transferências da Administração Central representam cerca de 52% das receitas municipais totais, constituindo, de

² Note-se que relativamente a esta última rubrica haverá que ter em conta que, em alguns municípios, esta fonte de receita estará subestimada porque não inclui as receitas cobradas por serviços municipalizados autónomos (Costa et alii, 1998: 162).

longe, a principal fonte de receita dos municípios. Se bem que o coeficiente de variação não seja muito significativo, a discrepância observada entre o valor máximo e mínimo indicia a existência de situações muito diversas, de município para município.

Em média as receitas provenientes da Comunidade Local têm um peso relativo semelhante ao das receitas com origem nos utentes de bens e serviços. Em conjunto estas duas rubricas asseguram, em média, cerca de um quarto das receitas municipais totais, observando-se contudo uma elevada dispersão relativamente à média, sobretudo no caso das receitas com origem na comunidade local. Note-se que estas rubricas representam a parte da receita municipal com origem no próprio concelho.

As receitas com origem na Comunidade Europeia representam, em média, 10% do total das receitas municipais, se bem que se registre uma quebra significativa deste valor, no ano 2000. Tal como havíamos referido anteriormente, há um acréscimo do peso relativo dos empréstimos de médio e longo prazo contraídos junto da banca. Note-se contudo que os valores médios estão abaixo dos valores totais apresentados no quadro 1 indiciando que são os municípios com maior peso na receita que apresentam também um maior recurso ao financiamento bancário.

QUADRO 1

Receita Municipal - Total de municípios da Região Norte (% da Receita Total)

Entidade de Origem da Receita	1998	1999	2000	2001
Comunidade Local	23,67	25,36	24,73	22,34
Utentes de bens e serviços	16,47	16,03	17,11	14,84
Banca	9,62	8,53	11,61	13,63
Comunidade Nacional	39,09	40,37	39,45	37,42
Comunidade Europeia	7,51	7,13	4,84	7,69
Outras receitas	3,64	2,58	2,26	4,08
Receita Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Contas de Gerência

QUADRO 2

Receita Municipal, 2001 - Municípios da Região Norte (% da Receita Total)

Entidade de origem da receita	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Valor máximo	Valor mínimo	Coeficiente de variação
Comunidade Local	12,60	9,01	10,18	44,17	1,84	0,81
Utentes de bens e serviços	12,15	10,54	7,55	44,38	2,27	0,62
Banca	10,16	8,67	7,96	32,37	0,00	0,78
Comunidade Nacional	52,13	54,06	16,74	89,23	12,45	0,32
Comunidade Europeia	10,04	9,23	7,07	34,17	0,00	0,70
Outras receitas	2,91	1,26	4,44	23,17	0,00	1,52

Fonte: Contas de Gerência

QUADRO 3

Receita Municipal - Total de municípios da Região Norte (Receita Total per capita, contos)

Entidade de Origem da Receita	1998	1999	2000	2001
Comunidade Local	18,06	21,17	22,72	24,25
Utentes de bens e serviços	12,57	13,38	15,72	16,11
Banca	7,34	7,12	10,66	14,79
Comunidade Nacional	29,83	33,70	36,24	40,61
Comunidade Europeia	5,73	5,95	4,45	8,35
Outras receitas	2,77	2,16	2,08	4,42
Receita Total	76,30	83,48	91,87	108,53

Fonte: CCRN, Contas de Gerência dos Municípios da Região do Norte

QUADRO 4

Receita Municipal, 2001 - Municípios da Região Norte (Receita Municipal per capita, contos)

Entidade de Origem da Receita	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Valor máximo	Valor mínimo	Coefficiente de variação
Comunidade Local	14,95	10,05	13,25	82,28	3,96	0,89
Utentes de bens e serviços	16,15	12,21	12,39	74,67	2,56	0,77
Banca	14,24	10,46	12,98	57,24	0,00	0,91
Comunidade Nacional	75,44	65,38	42,92	191,39	9,84	0,57
Comunidade Europeia	15,72	10,75	16,22	103,71	0,00	1,03
Outras receitas	3,97	1,71	5,91	34,06	0,01	1,49
Receita Total	140,47	133,79	59,49	378,39	21,61	0,42

Fonte: CCRN, Contas de Gerência dos Municípios da Região do Norte

No quadro 3 apresenta-se a capitação da receita municipal total tomando como referência a população residente no conjunto dos municípios da Região do Norte. Em 2001 a capitação da receita cifrava-se em 108,5 contos. A receita total per capita média era sensivelmente mais elevada (140,5 contos) indicando, mais uma vez, que há uma forte heterogeneidade de situações, como se pode verificar pelo elevado afastamento entre o valor máximo e mínimo da capitação da receita total

e pela dispersão relativamente à média. A análise do comportamento de cada uma das fontes de financiamento permite verificar uma forte variação de situações e uma elevada dispersão, relativamente à média. No caso das receitas com origem na Comunidade Nacional haverá que considerar que as transferências da Administração Central visam a correcção das assimetrias intermunicipais, discriminando positivamente a favor dos municípios com menores níveis de desenvolvimento.

Estimámos dois indicadores de endividamento anual. No primeiro indicador calculámos o peso relativo do endividamento no financiamento de cada ano do período estudado. No segundo indicador estimámos o endividamento anual per capita.

$$I_{1i} = \frac{PF(R)_i - PF(D)_i}{RT_i} \times 100 \quad (1)$$

em que,

PF(R)_i – Passivos financeiros (receitas),

PF(D)_i – Passivos financeiros (despesas),

RT_i – Receita municipal total.

$$I_{2i} = \frac{PF(R)_i - PF(D)_i}{PRES_i} \times 100 \quad (2)$$

em que,

PF(R)_i – Passivos financeiros (receitas),

PF(D)_i – Passivos financeiros (despesas),

PRES_i – População residente no município em 2001.

QUADRO 5

Indicadores de Endividamento Anual - Total de Municípios da Região Norte

Indicadores	1998	1999	2000	2001
I _{1i}	7,00	6,04	7,74	10,40
I _{2i}	5,35	5,05	7,13	11,29

Fonte: CCRN, Contas de Gerência dos Municípios da Região do Norte

QUADRO 6

Coefficiente de Variação dos Indicadores de Endividamento Anual
- Municípios da Região Norte

Indicadores	1998	1999	2000	2001
I _{1i}	1,46	1,46	1,69	1,18
I _{2i}	1,71	1,69	2,23	1,27

Fonte: CCRN, Contas de Gerência dos Municípios da Região do Norte

QUADRO 7

Indicadores de Endividamento Anual (2001) - Total da NUTS III - Região Norte

Indicadores	Alto Trás os Montes	Ave	Cávado	Douro	Entre Douro e Vouga	Grande Porto	Minho-Lima	Tâmega
I _{1i}	3,27	13,63	12,69	7,69	12,83	13,98	3,82	4,74
I _{2i}	4,84	11,62	11,02	11,89	11,89	16,54	4,84	4,19

Fonte: CCRN, Contas de Gerência dos Municípios da Região do Norte

Conforme decorre dos quadros anteriores, a importância do endividamento no financiamento dos municípios subiu abruptamente no ano de 2001, o que terá em parte conduzido à aprovação de medidas mais restritivas para 2003. Lembremos que o ano de 2001 foi ano de eleições para as autarquias e que algum esforço de gestão do ciclo político eleitoral conduz normalmente ao aumento do investimento na parte final dos mandatos e a consequente contracção no início dos mandatos seguintes. Isto significa que, em geral, é de esperar um aumento do endividamento no final dos mandatos e alguma recuperação na primeira metade dos mandatos seguintes. Os dados referentes ao período confirmam em parte esta nossa antevisão, mas para uma análise mais rigorosa desta problemática teremos de dispor de uma série mais longa.

Calculámos, igualmente, indicadores relativos a encargos financeiros que de uma forma indirecta nos permitem ter uma ideia do endividamento total. Com efeito, quanto maior o endividamento total (em termos relativos) maior será o peso dos encargos financeiros quer nas receitas provenientes da comunidade nacional (I3) quer nas receitas totais (I4).

$$I_{3i} = \frac{EF_i}{RCN_i} \times 100 \quad (3)$$

em que,

EF_i – encargos financeiros do município,

RCN_i – receita municipal proveniente da comunidade nacional.

$$I_{4i} = \frac{EF_{xi}}{RT_i} \times 100 \quad (4)$$

em que,

EF_i – encargos financeiros do município,

RT_i – receita municipal total.

QUADRO 8

Indicadores referentes a Encargos Financeiros (IEF) - Total dos Municípios da Região Norte

Indicadores	1998	1999	2000	2001
I_{3i}	5,35	4,01	5,11	6,91
I_{4i}	1,27	1,02	1,26	1,55

Fonte: CCRN, Contas de Gerência dos Municípios da Região do Norte

QUADRO 9

Coefficiente de Variação dos Indicadores IEF - Municípios da Região Norte

Indicadores	1998	1999	2000	2001
I_{3i}	0,81	0,78	0,72	0,65
I_{4i}	0,32	0,28	0,18	0,15

Fonte: CCRN, Contas de Gerência dos Municípios da Região do Norte

QUADRO 10

Indicadores IEF (2001) Total NUTS III - Região Norte

Indicadores	Alto Trás-os-Montes	Ave	Cávado	Douro	Entre Douro e Vouga	Grande Porto	Minho-Lima	Tâmega
I3i	23,19	6,01	5,24	20,49	5,93	5,04	9,88	12,43
I4i	1,50	1,31	1,19	1,55	1,43	1,70	1,28	1,82

Fonte: CCRN, Contas de Gerência dos Municípios da Região do Norte

Os indicadores do serviço da dívida reflectem o comportamento cíclico identificado anteriormente quando nos referimos ao endividamento anual. Os encargos financeiros para o total da região representavam, em 2001, 6,9% das receitas provenientes da comunidade nacional, sendo o valor médio de 11%, o que pode ser considerado um valor muito significativo.

A dispersão é maior para o indicador I3 do que para o indicador I4, conforme se pode inferir dos valores do coeficiente de variação. Como se pode observar no quadro 9, há um processo de convergência em todos os indicadores, o que significa, neste caso, a generalização do recurso ao endividamento.

4. A HIPÓTESE DO CRESCIMENTO “EXPLOSIVO” NO ENVIDADAMENTO MUNICIPAL

Recentemente, num trabalho publicado no Boletim Económico do Banco de Portugal³, Pinto Barbosa (2002) defendeu que o artigo 24º da Lei das Finanças Locais de 6 de Agosto de 1998, ao permitir o endividamento em função do investimento do ano anterior, criaria as condições para o crescimento “explosivo” da dívida dos municípios. Assumindo que apenas a condição associada ao investimento

funciona como restrição ao endividamento (o que equivale a assumir que o limite associado ao investimento é superior ao que decorre dos Fundos Municipais), num plano teórico é, com efeito, possível demonstrar que o cumprimento deste preceito legal é compatível com um endividamento “explosivo”. Pinto Barbosa argumenta que o facto de assumir que o limite relativo ao investimento é superior ao limite relativo aos Fundos Municipais não é limitador da análise, pois este limite será certamente ultrapassado pelo primeiro, pressupondo valores razoáveis para as transferências associadas aos Fundos Municipais. O trabalho de Pinto Barbosa vem, assim, juntar-se a outros argumentos que defendem a restrição ao endividamento municipal e que, a nosso ver, estão subjacentes às recentes restrições (nomeadamente fixação de um limite global para o endividamento) e a outras mais drásticas, ainda em debate, como a defesa da centralização do endividamento.

Do ponto de vista do nosso estudo, importa analisar se é o primeiro ou o segundo limite que mais restrições impõe ao endividamento. Adicionalmente, será interessante verificar se a dinâmica observável é de facto a que é antecipada por Pinto Barbosa, isto é, uma progressiva aproximação do limite relativo ao investimento do limite relativo aos fundos, caso este último prevaleça.

³ António S. Pinto Barbosa (2002) – Nota sobre uma Lei “Explosiva”, Boletim Económico, Banco de Portugal, Dezembro.

Considerando a Região Norte como um todo, em nenhum dos anos do período 1998-2001 o limite relativo ao endividamento é superior ao limite relativo aos fundos. Acresce que a dinâmica não é no sentido do crescimento deste rácio. Pelo contrário, a dinâmica é no sentido da sua diminuição.

Quando analisamos a evolução por NUTS III verificamos que, em 1998, duas NUTS III têm o limite relativo ao investimento superior ao limite relativo aos fundos (Cávado e Grande Porto). Em 1999 e 2000 passam a ser três as NUTS III nessa situação (Cávado, entre Douro e Vouga e Grande Porto). Em 2001 apenas o Grande Porto e o Entre Douro e Vouga estão nessa situação. Em termos de evolução dos rácios não é visível uma tendência clara no que respeita ao aumento ou diminuição dos rácios.

Numa análise por municípios, e tomando o ano de 2001 como referencial, constatamos que apenas 13 dos 86 municípios têm o limite relativo ao investimento (quer na Lei de Finanças Locais quer na Lei do Orçamento de Estado de 2003) superior ao que resulta dos fundos.

De acordo com os dados analisados, podemos inferir que o perigo enunciado por Pinto Barbosa de crescimento “explosivo” da dívida não parece constituir, por agora, uma ameaça do ponto de vista do endividamento dos municípios. No entanto, quando analisamos os limites do endividamento e as taxas de crescimento desses limites de endividamento, a imagem altera-se um pouco. Com efeito, as taxas de crescimento dos limites de endividamento são elevadas.

QUADRO 11

Limite de capacidade de endividamento (NUTS III e Região Norte) - 1998 (unidade: 10³ esc.)

NUT III - 1998	Fundos municipais (F _t)	Investimento (I _{t-1})	Capacidade de Endividamento (Lei Finanças Locais)			
			0,2*I _{t-1} (a)	0,25*F _t (b)	Limite	Rácio [(a/b)*100]
Alto Trás-os-Montes	12 615 873	9 989 660	1 997 932,0	3 153 968,3	3 153 968	63,35
Ave	10 069 027	10 109 663	2 021 932,6	2 517 256,8	2 517 257	80,32
Cávado	8 255 526	10 359 977	2 071 995,3	2 063 881,5	2 071 995	100,39
Douro	11 624 940	9 313 504	1 862 700,8	2 906 235,0	2 906 235	64,09
Entre Douro e Vouga	6 043 454	6 497 700	1 299 540,0	1 510 863,5	1 510 864	86,01
Grande Porto	18 014 534	47 265 725	9 453 145,0	4 503 633,5	9 453 145	209,90
Minho-Lima	9 150 528	7 825 733	1 565 146,6	2 287 632,0	2 287 632	68,42
Tâmega	14 928 575	15 078 551	3 015 710,2	3 732 143,8	3 732 144	80,80
Região do Norte	90 702 457	116 440 513	23 288 102,5	22 675 614,3	23 288 103	102,70

$$IEAJ_t = (0,2 * I_{t-1}) / (0,25 * F_t)$$

Fonte: CCRN

QUADRO 12

Limite de capacidade de endividamento (NUTS III e Região Norte) - 1999 (unidade: 10³ esc.)

NUT III - 1999	Fundos municipais (F _t)	Investimento (I _{t-1})	Capacidade de Endividamento (Lei Finanças Locais)			
			0,2*I _{t-1} (a)	0,25*F _t (b)	Limite	Rácio [(a/b)*100]
Alto Trás-os-Montes	16 951 136	17 144 028	3 428 806	4 237 784	4 237 784	80,91
Ave	7 852 766	7 865 907	1 573 181	1 963 192	1 963 192	80,13
Cávado	9 358 501	13 140 998	2 628 200	2 339 625	2 628 200	112,33
Douro	21 729 721	26 488 193	5 297 639	5 432 430	5 432 430	97,52
Entre Douro e Vouga	7 411 630	13 169 319	2 633 864	1 852 908	2 633 864	142,15
Grande Porto	9 175 319	12 167 262	2 433 452	2 293 830	2 433 452	106,09
Minho-Lima	7 600 925	7 889 680	1 577 936	1 900 231	1 900 231	83,04
Tâmega	19 445 026	19 885 419	3 977 084	4 861 257	4 861 257	81,81
Região do Norte	99 525 024	117 750 806	23 550 161	24 881 256	24 881 256	94,65

Fonte: CCRN

QUADRO 13

Limite de capacidade de endividamento (NUTS III e Região Norte) - 2000 (unidade: 10³ esc.)

NUT III - 2000	Fundos municipais (F _t)	Investimento (I _{t-1})	Capacidade de Endividamento (Lei Finanças Locais)			
			0,2*I _{t-1} (a)	0,25*F _t (b)	Limite	Rácio [(a/b)*100]
Alto Trás-os-Montes	18 806 543	19 478 925	3 895 785	4 701 636	4 701 636	82,86
Ave	8 710 369	8 861 596	1 772 319	2 177 592	2 177 592	81,39
Cávado	10 155 179	11 899 471	2 379 894	2 538 795	2 538 795	93,74
Douro	23 883 902	33 040 664	6 608 133	5 970 976	6 608 133	110,67
Entre Douro e Vouga	8 069 895	13 544 240	2 708 848	2 017 474	2 708 848	134,27
Grande Porto	9 885 531	12 807 361	2 561 472	2 471 383	2 561 472	103,65
Minho-Lima	8 312 016	7 168 087	1 433 617	2 078 004	2 078 004	68,99
Tâmega	21 168 730	23 071 347	4 614 269	5 292 183	5 292 183	87,19
Região do Norte	108 992 165	129 871 691	25 974 338	27 248 041	27 248 041	95,33

Fonte: CCRN

QUADRO 14

Limite de capacidade de endividamento (NUTS III e Região Norte) - 2001 (unidade: 10³ esc.)

NUT III - 2001	Fundos municipais (F _t)	Investimento (I _{t-1})	Capacidade de Endividamento (Lei Finanças Locais)			
			0,2*I _{t-1} (a)	0,25*F _t (b)	Limite	Rácio [(a/b)*100]
Alto Trás-os-Montes	21 696 203	19 412 565	3 882 513	5 424 051	5 424 051	71,58
Ave	10 093 254	8 388 311	1 677 662	2 523 314	2 523 314	66,49
Cávado	11 617 762	14 212 319	2 842 464	2 904 441	2 904 441	97,87
Douro	27 283 721	33 353 761	6 670 752	6 820 930	6 820 930	97,80
Entre Douro e Vouga	8 882 878	15 339 216	3 067 843	2 220 720	3 067 843	138,15
Grande Porto	11 016 642	15 023 347	3 004 669	2 754 161	3 004 669	109,10
Minho-Lima	9 536 963	7 410 322	1 482 064	2 384 241	2 384 241	62,16
Tâmega	24 019 671	27 697 116	5 539 423	6 004 918	6 004 918	92,25
Região do Norte	124 147 094	140 836 957	28 167 391	31 036 774	31 036 774	90,75

Fonte: CCRN

QUADRO 15

Taxa de crescimento do limite da capacidade de endividamento (NUTS III e Região Norte)

NUT III	Limite Cap. Endiv. (unidade: 10 ³ esc.)				Taxa de crescimento (%)		
	1998	1999	2000	2001	1999-1998	2000-1999	2001-2000
Alto Trás-os-Montes	3 153 968	4 237 784	4 701 636	5 424 051	34,36	10,95	15,37
Ave	2 517 257	1 963 192	2 177 592	2 523 314	- 22,01	10,92	15,88
Cávado	2 071 995	2 628 200	2 538 795	2 904 441	26,84	- 3,40	14,40
Douro	2 906 235	5 432 430	6 608 133	6 820 930	86,92	21,64	3,22
Entre Douro e Vouga	1 510 864	2 633 864	2 708 848	3 067 843	74,33	2,85	13,25
Grande Porto	9 453 145	2 433 452	2 561 472	3 004 669	- 74,26	5,26	17,30
Minho-Lima	2 287 632	1 900 231	2 078 004	2 384 241	- 16,93	9,36	14,74
Tâmega	3 732 144	4 861 257	5 292 183	6 004 918	30,25	8,86	13,47
Região do Norte	23 288 103	24 881 256	27 248 041	31 036 774	6,84	9,51	13,90

Fonte: CCRN

5. É POSSÍVEL DEFINIR UMA TIPOLOGIA DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL?

Neste ponto analisamos se é possível encontrar alguma regularidade na taxa de utilização dos limites de endividamento, que nos permita definir uma tipologia de endividamento. Por razões de confidencialidade, não apresentamos as taxas de utilização dos limites de endividamento (taxa de utilização de acordo com a Lei das Finanças Locais e com a Lei de Orçamento de Estado de 2003).

Seleccionámos um conjunto de variáveis com o objectivo de estimarmos os coeficientes de correlação dessas variáveis com as duas taxas de utilização por nós estimadas. As variáveis seleccionadas captam aspectos como a dimensão dos municípios (população residente em 2001 e em 1991, número de alojamentos em 1991 e em 2001, área, número de freguesias), a dinâmica de crescimento dos municípios (variação na população 1991-2001, taxa média de

variação anual na população no período 1991-2001, taxa média de variação anual nos alojamentos familiares), o tipo de ocupação do território (taxa de urbanização, densidade populacional), o poder de compra concelhio e factor de dinamismo regional⁴ (índice de poder de compra concelhio, percentagem do índice de poder de compra, factor de dinamismo relativo), as necessidades mais prementes ao nível habitacional (número de habitações não clássicas), o peso das diferentes fontes de receita municipal (comunidade local e utentes de bens e serviços, comunidade nacional, comunidade europeia, banca) e o peso relativo dos diferentes tipos de investimento no investimento total (aquisição de terrenos, habitação, acessibilidades, saneamento básico, equipamentos sociais vários, material de transporte, maquinaria e equipamento, outros).

⁴ O factor de dinamismo regional mede o poder de compra que resulta de fluxos populacionais de natureza sazonal, nomeadamente dos turistas e dos emigrantes.

QUADRO 16
Coefficientes de Correlação

Variáveis		Taxa de Utilização	
		LFL	LOE2003
População Residente	1991	0,035508	0,204809
	2001	0,035852	0,193957
	Var. Pop. 2001-91	0,007120	-0,009862
	Tx.md.var. anual	0,037127	0,088729
Tx. Urb.	5000 e mais	0,025017	0,289164
	10000 e mais	-0,007605	0,294250
Território	Área	-0,050672	-0,160852
	Dens.Pop.	-0,041184	0,252273
	NºFreg.	-0,059711	-0,135375
Alojamentos	NºAlojFam01	0,114482	0,268985
	NºAlojFam91	0,044780	0,220870
	Tx. md.v ar. Anual Aloj. Fam.	0,181759	0,172223
	NºAlojNClas01	0,053942	0,242955
	NºAlojNClas91	-0,008640	0,186114
% rec na receita total	Com Loc e Ut. Bens e serviços	0,093931	0,341915
	Com Nacional	-0,149010	-0,372060
	Com Europeia	-0,013980	-0,094240
	Banca	0,371007	0,414017
% desp. na despesa investimento total	Aquis. Terrenos	0,142395	0,320350
	Habituação	-0,063840	0,206968
	Acessibilidades	0,075137	-0,132550
	Saneam.básico	0,056135	-0,091460
	Eq.sociais vários	-0,062680	-0,113560
	Mat. Transp,maq,equip.	0,057001	0,104015
	Outros	-0,158340	-0,153860
Poder compra concelhio	IPC	0,028372	0,308073
	%PC	-0,028631	0,188637
	FDR	-0,137836	-0,236672

Conforme se pode analisar no quadro 16, a taxa de utilização dos limites de endividamento da Lei das Finanças Locais (LFL), tem baixa correlação com as variáveis seleccionadas, com excepção da variável “fonte de financiamento banca”. Com valores com alguma expressão podemos referir as correlações da taxa de utilização com a taxa de variação média anual nos alojamentos (correlação positiva), com o número de alojamentos familiares (correlação

positiva), com o peso do investimento na aquisição de terrenos (correlação positiva) e com o factor de dinamismo regional (correlação negativa).

Quando se considera a taxa de utilização do limite de endividamento de acordo a Lei do Orçamento de Estado de 2003 (LOE2003), os valores das correlações aumentam significativamente. A impossibilidade de exclusão das amortizações e

encargos associados a investimentos com habitação, investimentos comparticipados pela União Europeia e investimentos para acorrer a situações de calamidade pública vem conferir alguma regularidade às taxas de utilização dos limites de endividamento.

Da análise das correlações entre as taxas de utilização e as variáveis seleccionadas, conclui-se que a exclusão dos referidos encargos penaliza sobretudo os municípios de maior dimensão que simultaneamente têm maior poder de compra, dependem mais de receitas próprias e menos de transferências. Com correlações positivas superiores a 0,2 identificámos variáveis que captam a dimensão dos municípios (população residente, número de alojamentos), as necessidades (número de alojamentos não clássicos), o investimento em habitação (aquisição de terrenos, habitação), a dependência de receitas próprias (comunidade local e utentes de bens e serviços), o poder de compra concelhio e o tipo de ocupação do território

(densidade populacional e taxa de urbanização). Com correlações negativas superiores a 0,2 identificámos a dependência de transferências (comunidade nacional) e o factor de dinamismo relativo.

No quadro 17 apresentamos os coeficientes de correlação entre as variáveis que à partida poderão melhor explicar LOE2003 (da análise excluimos os municípios de Vizela e Trofa). Conforme decorre deste quadro, as variáveis seleccionadas estão fortemente correlacionadas.

Na presença de multicolinearidade ocorre enviesamento quando se estimam os parâmetros de uma regressão pelo método dos mínimos quadrados. O procedimento usual é excluir-se variáveis e analisar o impacto que essa exclusão tem na significância global da equação estimada. Foi esse o procedimento seguido, tendo nós chegado aos resultados apresentados no quadro 18.

QUADRO 17
Matriz de correlações

	TxUrb	PopRes01	Aloj01	Alojnc01	DensPop01	ÍPC	PercAT	PercDHab	PercRec
TxUrb	1								
PopRes01	0,724	1							
Aloj01	0,722	0,966	1						
Alojnc01	0,687	0,907	0,938	1					
DensPop01	0,711	0,713	0,736	0,806	1				
ÍPC	0,833	0,712	0,754	0,761	0,91	1			
PercAT	0,359	0,339	0,338	0,398	0,375	0,349	1		
PercDHab	-0,070	-0,067	-0,068	-0,048	-0,045	-0,093	-0,066	1	
PercRec	0,853	0,777	0,777	0,708	0,687	0,836	0,438	-0,11	1

Legenda: TxUrb – taxa de urbanização (perc. População residente em lugares com mais de 5000 habitantes); PopRes01- população residente em 2001; Aloj01 – número de alojamentos em 2001; Alojnc01 – nº de alojamentos não clássicos em 2001; DensPop- densidade populacional em 2001; IPC- índice de poder de compra concelhio 2000, PercAT – percentagem do investimento na aquisição de terrenos em 2001; PercDHab – percentagem do investimento em habitação em 2001; PercRec – percentagem de receitas proveniente da comunidade local e utentes de bens e serviços em 2001.

QUADRO 18

Estimação pelo Método dos Mínimos Quadrados (var. dependente: LOE2003)

	Coefficiente estimado	Estatística T	Probabilidade
Constante	0,345	2,239	0,0279
PopRes01 (1000)	-0,015	-2,991	0,0037
PercRec	1,525	1,922	0,0581
Aloj01 (1000)	0,034	2,758	0,0072
PercAT	3,692	1,944	0,0554

R2=0,239; R2 ajustado=0,20; Estatística F=6,206 (prob=0,0002)

A significância global da equação estimada é elevada e todos os coeficientes estimados das variáveis independentes têm os sinais esperados e são estatisticamente significantes. De acordo com os resultados obtidos, municípios que dependem mais das receitas próprias estão mais endividados. Municípios com maiores necessidades (que podem ser aproximadas pelo número de alojamentos) têm maior pressão no sentido da realização de investimentos, e conseqüentemente do endividamento para os realizar. Municípios que eventualmente dispõem de patrimónios menos significativos (por exemplo posse de terrenos) têm de os adquirir e isso conduz a um maior esforço financeiro e a mais endividamento. A variável PopRes está fortemente correlacionada com número de alojamentos. Por isso, o sinal do coeficiente estimado e o valor desse coeficiente tem de ser interpretado com reservas. No entanto, os resultados parecem indicar que, combinando número de alojamentos e população residente, haverá uma maior pressão para o endividamento nos municípios onde o número de alojamentos por residente é mais elevado. Apesar da significância global da equação estimada, o R2 é apenas de 0,24 o que significa que o endividamento dos municípios poderá ter outras condicionantes de

natureza aleatória como, por exemplo, competência dos políticos, preferências dos políticos, função objectivo dos políticos, etc.

Na Teoria das Escolhas Públicas admite-se que o processo de decisão política pode influenciar o desempenho dos municípios. No caso em apreço, releva a distinção entre executivos camarários cujo presidente é do partido do governo ou da oposição, pertencendo a um partido de esquerda ou de direita e se dispõe de maioria absoluta ou maioria relativa. No nosso caso, ser de um partido de oposição ao do governo central é equivalente a ser um partido de direita (PSD ou CDS-PP) pois, estando neste período o Partido Socialista no governo central, os presidentes de Câmara na Região Norte que não são PS são do PSD ou do CDS-PP.

Para o período em análise definimos as seguintes variáveis dicotómicas: Oposição: um se Presidente da Câmara não pertence ao partido no governo central e zero no caso contrário; Maioria: um se Presidente da Câmara tem maioria de vereadores no executivo e zero no caso contrário; Alternância: um se Presidente da Câmara é de partido diferente do do presidente no mandato anterior e zero no caso contrário.

QUADRO 19

Valores médios das taxas de utilização dos limites de endividamento (2001) - LOE2003

Tipo de município	Média Tx. Util. LOE03
Presidente não pertencente ao partido do governo	0,946
Presidente pertencente ao partido do governo	0,846
Presidente com maioria de vereadores	0,906
Presidente sem maioria de vereadores	0,783
Presidente é de partido diferente do do Presidente no mandato anterior	0,747
Presidente da Câmara é do mesmo partido do do Presidente no mandato anterior	0,926

De acordo com os valores médios obtidos, os municípios governados por membros de partidos da oposição endividaram-se mais que os municípios governados por membros do partido do governo. Os municípios cujos presidentes de Câmara estão em maioria endividaram-se mais que municípios cujos presidentes de Câmara estão em minoria. A existência de alternância parece estar associada a menor endividamento.

De forma a testarmos a significância estatística destas diferenças, estimámos a equação considerada no quadro 18 incluindo, também, as três variáveis dicotómicas como variáveis independentes. Os resultados da estimação pelo método dos mínimos quadrados são apresentados na quadro 20.

QUADRO 20

Estimação pelo Método dos Mínimos Quadros (var. dependente: LOE2003)

Variáveis	Coefficiente estimado	Estatística T	Probabilidade	
Constante	-0,123	-0,320	0,7495	R2=0,274
PopRes01 (1000)	-0,017	-3,236	0,0018	R2ajust=0,207
PercRec	1,795	2,206	0,0303	EstatF=4,108
Aloj01 (1000)	0,035	2,890	0,0050	(prob=0,0007)
PercAT	3,712	1,917	0,0589	
Oposição	0,227	1,556	0,1237	
Maioria	0,343	1,086	0,2806	
Alternância	-0,116	-0,584	0,5605	

De acordo com os resultados obtidos, os coeficientes estimados para as variáveis dicotómicas têm o sinal esperado mas a sua significância é baixa. Apenas a variável Oposição se aproxima do nível de significância usualmente exigido neste tipo de estimação.

Um segundo procedimento adoptado foi o de considerar que as variáveis dicotómicas Oposição e Maioria interagem com a variável PercRec. Os resultados da estimação pelo método dos mínimos quadrados são apresentados no quadro 21.

Quando se considera esta interacção, constatamos que os municípios que dependem mais de receitas próprias e cujos presidentes não pertencem ao partido que está no governo central, se endividam mais que aqueles em igualdade de circunstâncias, mas em que o presidente pertence ao partido do governo. Este resultado pode ter diferentes leituras. Uma primeira leitura é de que os municípios geridos por presidentes que não pertencem ao partido do governo têm, de alguma forma, menor acesso a fontes de financiamento provenientes da comunidade nacional e comunidade europeia. Uma segunda interpretação é de que os partidos de

direita estão mais orientados para o investimento e consequentemente se endividam mais. Uma terceira interpretação é que, contrariamente ao que usualmente se antecipa, os executivos geridos por presidentes de partidos de direita se revelaram mais despesistas que os de esquerda. Como decorre das interpretações apresentadas não é possível com os dados disponíveis afirmar qual destas hipóteses é mais provável.

Da análise produzida ao longo deste ponto foi, como vimos, possível inferir algumas regularidades nas taxas de utilização dos limites de endividamento por parte dos municípios da Região Norte. No entanto, não podemos ignorar que a mudança de regras introduzida pela Lei do Orçamento de Estado é decisiva para os resultados obtidos. Com efeito, são os municípios que mais haviam recorrido a fundos comunitários, que mais haviam investido em habitação e que mais dependem de recursos próprios, que sofrem saltos mais bruscos na taxa de utilização do limite de endividamento. Esses municípios tendem a ser municípios de maior dimensão, conforme decorre dos coeficientes estimados.

QUADRO 21

Estimação pelo Método dos Mínimos Quadros (var. dependente: LOE2003)

Variáveis	Coefficiente estimado	Estatística T	Probabilidade
Constante	0,269	1,752	0,0837
PopRes01 (1000)	- 0,018	- 3,576	0,0006
PercRec	0,106	0,096	0,9230
Aloj01 (1000)	0,038	3,126	0,0025
PercAT	3,745	2,013	0,0475
Oposição*PercRec	1,144	2,321	0,0230
Maioria*PerRec	1,425	1,436	0,1550

R2=0,297; R2 ajustado=0,242; Estatística F=5,427 (prob=0,0001)

6. NECESSIDADES FINANCEIRAS DECORRENTES DOS NOVOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

Tendo em conta a evolução dos níveis de endividamento anual no período 1998-2001, podemos fazer uma estimativa grosseira da quebra de receita que ocorre para os municípios da região, sendo certo que essa quebra é distribuída de uma forma assimétrica.

O endividamento anual (receita proveniente de passivos financeiros menos despesas proveniente de passivos financeiros) dos municípios da Região Norte foi de 7,0%, 6,04 %, 7,74% e 10,40% da receita total, respectivamente nos anos de 1998, 1999, 2000 e 2001. Os valores médios do endividamento anual são inferiores, pois os municípios mais pequenos tendem a endividar-se menos (valores médios de 5,21%, 5,16%, 4,93% e 6,73% respectivamente em 1998, 1999, 2000 e 2001). Mesmo admitindo um comportamento de maior poupança e alguma restrição ao investimento por parte dos municípios, é de esperar que a receita que proviria do endividamento seria sempre superior a 6% do total das receitas (valor médio por município de cerca de 5% da receita total).

Porque, no seu conjunto, os municípios da Região Norte têm um endividamento próximo de 100%, podemos admitir, grosso modo, que os municípios da região Norte abaixo do limite de endividamento poderão aumentar o seu endividamento em função das amortizações da dívida por parte dos municípios acima do limite. Vamos assumir que a diminuição do endividamento dos municípios da região é igual ao aumento do endividamento dos municípios da região abaixo dos limites de endividamento. Na prática, este pressuposto significa que estamos a admitir que o endividamento total dos municípios da região Norte não se altera. Neste caso, podemos considerar

que o endividamento anual, nos limites mínimos considerados atrás (cerca de 6%), nos dá uma indicação aproximada da receita que será necessário encontrar noutras fontes.

Uma quebra de receita de cerca de 6%, de um ano para o outro, será difícil de colmatar. Tendo em conta que a receita sob controlo directo dos municípios no ano de 2001 é de 14,84% (receita proveniente de utentes de bens e serviços), é impossível, no curto prazo, substituir aquela receita pela que decorre do aumento das taxas, tarifas e preços dos bens e serviços locais. É razoável pensar-se num aumento de 20% a dois anos e de 40% a quatro anos nas receitas provenientes de utentes de bens e serviços. Isso significa um acréscimo da receita total de 3 % a dois anos e de 6% a quatro anos. No curto prazo, contudo, é quase impossível que um aumento nas receitas provenientes de utentes de bens e serviços possa colmatar a perda de receita proveniente do endividamento. Mas também é verdade que os municípios não podiam olhar para o endividamento como uma fonte de receita sustentável no médio e longo prazo.

Quando a análise é feita ao nível do município, a imagem com que ficamos é substancialmente diferente. Primeiro, nem todos os municípios têm a mesma capacidade para aumentar as receitas sob seu controlo, havendo uma grande discrepância entre os municípios no que respeita à percentagem da receita proveniente de utentes de bens e serviços (na região Norte, em 2001, o valor mínimo era de 2,27% e o valor máximo era de 44,38%). No entanto, a margem de progressão em matéria de receitas provenientes de utentes de bens e serviços é maior nos municípios com baixa receita, porque muitas das vezes não cobram ou cobram valores insignificantes pelos bens e serviços que providenciam. Segundo, a situação perante o endividamento é muito diferenciada. Os municípios acima do limite de endividamento terão

de proceder a amortizações e não poderão obter novos financiamentos. Logo, a perda de receita é substancialmente maior. Por último, os municípios abaixo do limite de endividamento poderão ver aumentada a sua dívida em função da diminuição da dívida dos restantes municípios.

7. CONCLUSÃO

Fizemos neste estudo uma análise da evolução do endividamento municipal no período 1998-2001, tentando encontrar regularidades marcantes nesse endividamento e equacionando as implicações decorrentes do agravamento dos limites ao endividamento municipal decorrentes da aprovação da Lei do Orçamento de Estado para 2003. A alteração brusca nas regras de recurso ao endividamento por parte dos municípios, ainda que justificada com o interesse nacional, far-se-á sentir de uma forma clara, porque o endividamento representa uma proporção não negligenciável do financiamento municipal e porque as alterações ocorrem numa conjuntura desfavorável, em que é mais difícil encontrar receitas alternativas. Se pensarmos que, além da quebra na receita proveniente do endividamento, é provável que se observe uma quebra nas outras receitas (por razões conjunturais), o esforço de contenção da despesa terá que ser muito significativo. A menos que os municípios enveredem por formas escondidas do endividamento (como é o caso do recurso a soluções de *factoring*), o esforço de contenção da despesa vai ser mais fácil de concretizar ao nível do investimento.

Para o total dos municípios da região Norte, as despesas com a aquisição de bens e serviços representam cerca de 15% do total das despesas. Não conhecemos em que medida estão aqui incluídas funções que foram objecto de *outsourcing*,

que dificilmente poderão ser eliminadas ou reduzidas. Admitimos, contudo, que seja possível um esforço de contenção nesta rubrica de despesa, que permita fazer face à quebra de receitas nas outras fontes de financiamento excepto endividamento. Mesmo que essa contenção da despesa seja possível, as receitas provenientes do endividamento terão de ser, pelo menos em parte, substituídas por novas receitas.

Existe ainda alguma margem de manobra por parte de muitos municípios em matéria de obtenção de novas receitas. Isso acontece nos municípios que têm níveis de esforço fiscal muito baixos. Com efeito, muitos municípios cobram muito pouco em taxas e tarifas. Estes municípios poderão encontrar aí uma acrescida fonte de receita, embora a conjuntura não seja a melhor.

A reforma da tributação do património pode trazer receitas acrescidas a médio prazo, como é o caso da substituição do imposto de contribuição autárquica por um imposto municipal sobre o património imobiliário. Só que esta alteração ocorre num horizonte temporal de médio prazo e a transição pode ser difícil a curto prazo, como está a acontecer com as alterações no imposto de sisa. Por isso, a reforma da tributação do património, no curto prazo, não resolve a situação, antes tende a agravar o problema, a menos que sejam estabelecidas, pelo governo central, cláusulas de salvaguarda em relação à receita perdida.

O endividamento não é uma receita municipal a que os municípios possam recorrer sem limites. Por isso, a anulação do limite de endividamento em função do investimento do ano anterior, de que fala Pinto Barbosa (2002), tem plena justificação apesar de na análise que fizemos não termos encontrado evidência de que os municípios assumam comportamentos que conduzam a um crescimento explosivo do endividamento municipal.

As alterações bruscas nos limites do endividamento dos municípios, se justificadas pela necessidade de controlar o déficit orçamental, não podem ser defendidas à luz da adoção de regras claras indutoras de princípios de boa gestão. A essência da autonomia financeira do poder local é participativa, o que significa que deverão ser os munícipes os principais juízes da boa ou má gestão dos seus representantes. Por isso, estabilidade de

regras, adoção de mecanismos de repartição de transferências intergovernamentais que atendam ao esforço fiscal a nível municipal, introdução da exigência de auditorias externas de forma a aumentar a informação sobre a qualidade da gestão autárquica, são exemplos de medidas muito mais úteis para a melhoria do desempenho do poder autárquico do que qualquer outro tipo de restrição centralista.

BIBLIOGRAFIA

- Barbosa, António S. Pinto (2002) – Nota sobre uma Lei “Explosiva”, *Boletim Económico*, Banco de Portugal, Dezembro.
- Costa, José da Silva et al (1998) – *Taxas e Tarifas Municipais*, Estudo elaborado para a CCRN, ISFEP, Porto.
- Delgado, Ana Paula e Costa, José da Silva (2003) – *Investimento Municipal na Região Norte. Fontes de Financiamento (1998/2001)*, Estudo elaborado para a CCRN, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.